Revolução Francesa, Uma Análise Crítica

J. C. Alencar Araripe

No final da primavera e começo do verão de 1956, quatro jornalistas cearenses realizavam a sua primeira viagem à Europa. Depois de participarem do congresso internacional da categoria em Helsinque, receberam convites para visitar países que se localizavam atrás da então apelidada "cortina de ferro". Paulo Bonavides foi à União Soviética; Olavo Sampaio, à Hungria; Antônio Albuquerque, à Alemanha Oriental, e, o autor destas notas, à Polônia. Logo em seguida, uma outra excursão se nos oferecia, agora, os quatro reunidos e mais alguns companheiros de outros Estados: era a que nos levaria à Alemanha Ocidental, que surpreendia o mundo com o milagre da reconstrução no após guerra.

A nossa permanência na Europa estendera-se muito além do que previramos em nossos devaneios. Quem nos visse àquela época, trajando calça, paletó, sapatos pretos, o indefectível sobretudo para proteger-nos das intempéries e o chapéu de abas largas, a impressão não seria outra: tratava-se de um grupo da polícia secreta em missão especial... Não é diferente a sugestão das fotos vista hoje.

Há mais de 40 dias no Velho Continente, despertamos para a singularidade de podermos passar o 14 de Julho na França, em Paris mesmo, e participarmos de comemorações que vêm de 1790, quando o povo celebrou, na presença do Rei e com muito ribombo, o primeiro aniversário do fim da Bastilha, no local onde se erguera a fortaleza e

prisão odienta.

No seu livro **Arquitetura do Poder**, o cearense Egídio Barreto de Oliveira escreveu: "Lamentavelmente, em quase tudo que lemos sentimos um quase "sagrado" respeito com que se fala e se tratam as pessoas e até as coisas estrangeiras – principalmente as européias e as norte-americanas". Será que a carapuça sentaria em nossa cabeça? De longe, é fácil fingir indiferença. Não assim quando se defronta a realidade. Em Castel Gandolfo, aonde fora para ver o Papa, vi o empenho e agitação de quem nem religião professava para colher flagrantes fotográficos de Pio XII, quando Sua Santidade apareceu à janela para abençoar a multidão ali reunida e dirigir-lhe saudação na língua de cada uma das nacionalidades representadas na concentração.

Melhor conservarmo-nos atentos à advertência de Alceu de Amoroso Lima de que "não há nada mais cruciante do que o sentimento de uma oportunidade perdida para sempre, por nossa própria culpa". Diligenciamos, assim, para que os planos não falhassem. E, felizmente, desembarcamos na Capital francesa na véspera do 14 de Julho. A cidade já se engalanara, apresentava ares festivos e a Bandeira Tricolor tremulava não só nas repartições públicas como em fachadas de imponentes edifícios particulares, transmitindo-nos envolvente mensagem a que associávamos com naturalidade estrofes da eletrizante Marselhesa.

O 14 de Julho amanheceu com céu limpo e sol brilhante. Sem demora, dirigimo-nos à avenida que melhor se oferecia para assistirmos à parada militar, e outra não era senão a dos Campos Elísios, cenário de glórias imarcescíveis da França, mas onde pisara também a bota nazista, em momento de suprema humilhação, o que consternara o mundo livre. Mas não era só: Paris é uma obra de arte, afirmara Joaquim Nabuco, e é natural admirá-la. "De certo – acentuava – não há no mundo uma perspectiva arquitetural igual à que se estende do Arco do Triunfo pelos Campos Elísios até o Louvre e do Louvre pelo cais do Sena até apanhar Notre-Dame".

De ambos os lados dos Campos Elísios, até onde a vista alcançava, a multidão se comprimia aguardando o desfile. Para os retardatários, como nós, oferecia-se-nos a alternativa de subir a tamboretes e caixões, que populares alugavam na ocasião, e de cima dos quais se poderia observar melhor o espetáculo. E, enquanto me preparava para servir-me do precário expediente, posto ali à minha disposição, pensava comigo mesmo como a humanidade é parecida, esteja em metrópole de lustre como Paris ou em acanhado burgo do Nordeste brasileiro.

Foi assim que vi a banda passar..., depois que o Presidente Coty inspecionou as tropas e se postou na tribuna de honra para receber as continências de estilo na garbosa parada militar. Ainda me emociono, decorridos tantos anos, ao recordar este episódio da minha estada na Cidade Luz. Se há quem regresse da França admirado porque as crianças falam francês..., é sempre lembrança enlevante reconstituir o 14 de Julho de 1956, pelo que já explanei, e pela agradável surpresa que representaram para mim os bailes populares, promovidos em diferentes pontos de Paris, tendo como centro de animação os cafés que se espraiam por ruas e avenidas. No baile em que varei a mudrugada, no Quartier Latin, lá estava o nosso Antônio Bandeira, alma de boêmio e expressão artística que deixou saudade.

Erigiram o 14 de Julho, queda da Bastilha, a data maior da França. Assim a consagraram nos primórdios da Revolução Francesa, que agora está completando 200 anos, firmou-se, com o tempo, a tradição. A Bastilha concentrara a odiosidade popular porque era apontada como símbolo do despotismo. Ao ser ocupada pelo povo em rebelião e depois destruída é como se desaparecessem as amarras da escravidão e a liberdade implantasse o seu reinado, o que, para ser exato, não correspondia à realidade. Naqueles dias tempestuosos, via-se por lentes muito curtas e era preciso fazer de algo com aspecto tenebroso o objetivo imediato a alcançar para o desencadeamento das paixões efervescentes.

A Bastilha surgiu da necessidade de assegurar a defesa de bairros de Paris que se desenvolveram fora das muralhas. Durante os dois primeiros séculos da sua existência, exerceu o papel preponderante de cidadela militar. Somente com Richelieu é que se transformou exclusivamente em prisão de estado.

Guy de Chadon, em estudo difundido pela "France Informations", faz curiosas revelações a respeito da Bastilha. Nunca costituiu, diz ele, o terrível calabouço pintado pelos historiadores do século XIX. Era uma prisão de caráter aristocrático e, no século XVIII, salvo exceções, só acolhia pessoas de alta categoria. Regra geral, os prisioneiros recebiam bom tratamento: podiam ter os móveis que desejassem, dispor de criados e receber visitas. O Cardeal Rolan ofereceu na Bastilha um jantar de vinte talheres. Funk-Bretano escreveu que "na Europa não havia Casa de Detenção onde os prisioneiros fossem cercados de tantas considerações". Jean-François Marmontel, autor de romances épicos, mostrou-se, nas suas memórias, encantado com o tratamento recebido. Nos próprios círculos governamentais, cogitou-se de suprimir a Bastilha, porque a consideravam demasiado onerosa aos cofres reais.

A tomada da Bastilha pela massa enfurecida, a que se haviam juntado 300 guardas franceses com alguns canhões, verificou-se após duros combates, dos quais resultaram 83 mortos e 88 feridos, entre os assaltantes, e um único morto entre os defensores. À capitulação seguiu-se o massacre do Marquês de Launay, que comandava a fortaleza-prisão, e cuja cabeça foi levada às ruas de Paris, espetada na ponta de uma lança. Com ele também pereceram seis ou sete guardas suíços ou inválidos. Quanto a prisioneiros, que se supunham muitos, a superlotarem as masmorras, existiam apenas sete, todos liberados e conduzidos em triunfo, mas quatro deles encarcerados novamente no dia seguinte porque eram falsários.

A captura da Bastilha insere-se entre os acontecimentos mais dramáticos da fase inicial da Revolução Francesa, por sinal, a fase mais moderada, porque influenciada pela classe média. Mas não foi, em termos de conseqüências, o mais importante.

A Revolução Francesa, a primeira grande revolução dos tempos modernos, começou, pode-se afirmar, durante a convocação dos Estados Gerais, assembléia representativa das três ordens da nação – Clero, Nobreza e Terceiro Estado, este integrado por comerciantes, banqueiros, camponeses. Os Estados Gerais não se reuniam desde 1614. O Rei Luís XVI, fraco de caráter e que não tivera ânimo para promover reformas, curvou-se ante o clamor nacional diante da calamitosa situação financeira do país, decorrente de fatores diversos, como a má gestão do governo, conflitos desastrosos, como a Guerra dos Sete Anos, ganha pela Inglaterra, e na qual a França perdeu quase todas as suas colônias, e dispêndios vultosos com a expedição comandada por Lafayette para ajudar os norte-americanos na Guerra da Independência, contra a Inglaterra. A burguesia em ascendência insurgia-se, por seu turno, contra privilégios concedidos à nobreza e ao clero, parasitas do Estado, e porfiava em afirmar-se, conforme o seu peso, na economia e na política. Depois de acirrada disputa, o Terceiro Estado proclama-se em Assembléia Geral e convida Clero e Nobreza a se juntarem a ele, com o que, afinal, concorda o próprio Rei. Era a Assembléia Nacional.

Desse período, avulta a legislação que destruiu os últimos vestígios do feudalismo, concorrendo para precipitar a decisão da Assembléia Nacional a ação dos camponeses, que demoliram castelos, saquearam mosteiros e casas de bispos e provocaram a morte dos senhores que ofereceram resistência. A Assembléia Nacional acabou com a estrutura dos direitos adquiridos, com os dízimos e obrigações feudais, com a servidão, com os privilégios de caça dos nobres, com as isenções e os monopólios, com as corporações e associações de

trabalhadores, com as distinções de nível social e de classe, considerando-se todos os franceses iguais perante a lei.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 2 de outubro de 1789, eis outro momento culminante da Assembléia Nacional. Depois de um preâmbulo e dizendo-se "em presença e sob os auspícios do Ser Supremo", proclama o direito à liberdade, à propriedade, à segurança e à resistência à opressão; consagra a liberdade de pensamento, de religião e de imprensa; afirma que a soberania provém da nação; que todos são iguais perante os tribunais e que ninguém pode ser punido sem processo judicial; que não é facultado despojar ninguém do que possui, a não ser por necessidade pública e depois de indenizado.

A Declaração da Revolução Francesa, comparada à da Organização das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1984, deixa muito a desejar, particularmente pela ausência de preocupação de natureza social. Mas a Declaração de 1789 tem de ser vista, hoje, no cenário e na época em que surgiu. Embora de inspiração da burguesia, foi um documento avançado, porque consagrou direitos que o absolutismo teimava em desconhecer. Mas não foi pioneira. Na Inglaterra, no remoto 1215, durante o reinado de João Sem Terra, e contra a sua vontade, houve a Magna Carta das liberdades inglesas e, em 1688, a chamada "Revolução Gloriosa". De 12 de Junho de 1776, é a Declaração de Direitos da Colônia de Virgínia, em plena Guerra da Independência dos Estados Unidos da América. Se não foi a pioneira, a Declaração de 1789 alcançou foros de universalidade que nenhuma outra desfruta, exceto a da ONU, pela própria natureza da instituição que a patrocina e em vista do milagre da eletrônica.

A secularização da Igreja importou em separação parcial de Roma, abolição dos privilégios do clero, tão abusivos como os da nobreza, e confisco das suas terras e propriedades. Foram outras decisões de ampla repercussão da Assembléia Nacional que, em 1791, completou a missão histórica de dotar a França de uma constituição. Continuava a monarquia, privada, porém, das regalias de que se fizera cercar ao longo dos séculos. A singularidade da estrutura de governo estava na prevalência do princípio da separação de poderes, de que Montesquieu se fizera arauto: legislativo, executivo e judiciário funcionando independentes entre si, teoricamente, com o fundo harmônico do interesse geral.

No verão de 1792, a Revolução Francesa enveredaria por novos caminhos, que a levariam a um radicalismo desconhecido a qualquer fase antecedente de sua evolução, a partir de 1789. O homem comum

sentiu-se frustrado. Afinal de contas, que lucrara até então? A situação, pelo contrário, deteriora-se ao extremo, e o desemprego aumentara, como decorrência da ebulição que não cessava, levando muitos negócios à falência. O homem comum percebera, afinal, que nem sequer conquistara o direito de votar. A Constituição de 1792 atribuíra-o somente aos que pagassem imposto direto equivalente a três dias de salário, enquanto candidaturas a cargos de relevo ficaram restritas a pessoas de fortuna. Das promessas de justiça e igualdade só fumaça mesmo.

Enquanto isso, complicara-se a posição da França no plano externo, pela aliança formada entre a Áustria e a Prússia, configurando perigo iminente de intervenção estrangeira nos assuntos internos do País. Aos prussianos e austríacos, estes batendo às portas de Paris, juntaram-se em outras frentes holandeses, espanhóis e ingleses. Criara-se, desse modo, clima favorável ao surgimento dos radicais, que aparecem em todas as revoluções, e ao desenvolvimento de ações violentas. Os burgueses, que tinham, até então, assegurado a soberania dos seus interesses, foram suplantados pelas "classes inferiores", para usar expressão de alguns historiadores, mas que outros identificam como o proletariado da Capital francesa, influenciado, inclusive, pelos ardores nacionalistas.

A França muda de regime. Já não é monarquia e sim república. A filosofia liberal de Voltaire e Montesquieu se vê substituída pela doutrina igualitária de Rousseau. A Assembléia Nacional ordena a eleição, em que pela primeira vez é utilizado o sufrágio universal, de uma Convenção Nacional. O Rei Luís XVI, suspenso e processado, acusado de acumpliciamento com inimigos alienígenas, é guilhotinado. Nove meses depois, a Rainha Maria Antonieta tem o mesmo destino. Período intensamente sanguinário desemboca no Terror, que se estende do verão de 1793 ao de 1794.

A Revolução Francesa, nos dois séculos transcorridos, tem sido estudada sob os mais diferentes aspectos. Os historiadores aprofundam-se na apreciação das causas e conseqüências do formidando acontecimento, que parece não perder a atualidade, tais as lições que encerra. Entre os livros, que são inumeráveis, publicados a respeito da Revolução, destaca-se o de Thomas Carlyle, não só pela monumentalidade da obra (770 páginas na Edição Melhoramentos de 1961) como pelo valor intrínseco e a imensa projeção intelectual do Autor.

Em **Cartas de Inglaterra**, Rui Barbosa dá um depoimento impressionante sobre a **História da Revolução Francesa**, que vale a pena evocar neste ensejo. "A sua Revolução Francesa – diz Rui refe-

rindo-se ao livro de Carlyle – é o mais esplêndido poema em prosa, que jamais li. Os capítulos desse livro palpitam, oram, sangram, empalidecem, abrasam-se, enoitam-se, tempesteiam, aos olhos do leitor fascinado. Essa época incomparável, com os seus episódios tenebrosos e soberbos, grotescos e sublimes, passa, agitando-se na luz e no seu lodo, com o relevo de uma perspectiva inimitável, sobre o fundo esbraseado de um clarão contínuo, intenso, ondeante, como de um incêndio em que a terra se misturasse com o céu, os homens com os deuses. É verdadeiramente a conflagração de um mundo, fixada pela imaginação de um pintor numa tela descomunal. Mas o revérbero rubro não demuda as fisionomias. Cada individualidade, cada peripécia, cada movimento destaca-se caracteristicamente na sua realidade e na sua cor. Essa faculdade rara de dramatizar o passado extinto e aproximar os horizontes remotos, que assinala, sobre todas, os grandes historiadores, essa intuição semipoética, semicrítica, sem a qual **as épocas do passado são para nós um livro com sete selos**, é realmente um prodígio nas obras-primas deste encantador. O vigor e a penetração, que se combinam especialmente na Revolução Francesa, não têm parelha senão nos tópicos mais admiráveis do sétimo livro de Tucídides, ou nos escritos de Tácito, Gibbon, ou Michelet. Poder-se-ia dizer que ela basta, para justificar o elogio de James Russel Lowell: Na maior parte dos historiadores as figuras humanas semelham bonecos cheios de farelo, cuja substância se vai por qualquer rasgão, que a crítica lhes abra. Mas as de Carlyle – acentua Rui Barbosa – são tão reais, que, picadas, sangrariam".

A descrição dos últimos momentos de Luís XVI é feita de tal maneira por Carlyle que o leitor tem a impressão de estar presenciando as cenas lancinantes: o derradeiro encontro entre o Rei e a Rainha, que conduz o filho pela mão; os abraços, os soluços, as declarações recíprocas de desculpas e perdão; são quase duas horas de intensa dramaticidade; o despertar cedo no dia seguinte, penteam-lhe o cabelo, é confortado com o Sacramento. A carruagem em que é levado ao patíbulo percorre ruas silentes. Não se vê casa ou loja com janelas abertas. Oitenta mil homens estão formados no trajeto até a Praça da Revolução, outrora Praça Luís XV e, hoje, Praça da Concórdia. Ruflam os tambores, o Rei avança para a borda do estrado e exclama: "Franceses, morro inocente: é do cadafalso e prestes a comparecer perante Deus, que vos digo isto. Perdôo aos meus inimigos. Desejo que a França..." Não concluiu, porque uma voz mais forte se alteou e os executores não vacilaram no cumprimento da ordem. "Cai o cutelo com

um som áspero e é cortada a vida dum rei". Viva a República! Foi o grito que ecoou quando o carrasco Sansão mostrou à multidão a cabeça de Luís XVI, levada, a seguir, pelos estudantes do Colégio das Quatro Nações para mostrar a toda Paris. É segunda-feira, 21 de janeiro de 1793. Danton exclama: "Os reis coligados ameaçam-nos; lancemos a seus pés, como desafio, a cabeça do rei".

Também numa segunda-feira, 14 de outubro do mesmo ano de 1783, começou o julgamento de Maria Antonieta, que tivera uma vida de leviandades e imprudências que a calúnia exagerou. "Neste seu inteiro abandono e hora de extrema necessidade, não falta a si própria a imperial mulher", observa Carlyle. Às acusações responde com firmeza, menos na parte relativa às relações com seu filho, que Carlyle evita declinar para, segundo disse, "não sujar com isso a linguagem humana". À insistência de um jurado, exclama: "Não respondi porque a natureza recusa-se a responder a uma tal acusação feita contra uma mãe. Apelo para todas as mães que estão aqui". Carlyle descreve então duas viagens marcantes que Maria Antonieta empreendera. A primeira, 23 anos antes, ao deixar Viena para ocupar o trono de Rainha da França. A capital austríaca mobilizara-se inteirinha para as despedidas à princesa que partia de carruagem. A segunda foi em Paris, do Palácio da Justiça à Praça da Revolução, para ser conduzida numa carroça ao lugar da execução, como se fosse uma criminosa comum. Em todo o percurso do caminho, a tropa formada. "Sobe ao cadafalso com bastante coragem, acentua Carlyle; ao meio-dia e um quarto, caiu a sua cabeça; o carrasco mostra-a ao povo, por entre gritos gerais e longamente continuados de Viva a República!".

Recorro ainda a Carlyle para retratar a fase do Terror, quando a "suspeição domina os espíritos", quando os encarcerados eram em maior número republicanos do que realistas, quando a Revolução devorava seus próprios filhos. "Talvez que nunca houvesse habitação humana ou prisão que se assemelhasse em sujidade e horror turbulento" às doze casas de detenção existentes em Paris. "As prisões enchem-se cada vez mais, e a guilhotina trabalha cada vez mais depressa. Em todas as estradas reais, marcham bandos de presos em direção a Paris. Já não são ci-devants; estes, os que faziam barulho, estão segados; agora são republicanos. Marcham encadeados dois a dois, cantando, nos seus momentos de desespero, a Marselhesa. Por exemplo: nestes mesmos dias seguem para Paris cento e trinta e dois homens de Nantes; republicanos, ou digamos mesmo, jacobinos até a medula dos ossos; mas jacobinos que não aprovaram os afogamentos.

Erguem o **Vive la République!** em todas as ruas das cidades; descansam de noite em antros impossíveis, apinhados até a sufocação, desanimados, podendo apenas exclamar **Viva a República** pela qual, como sob horrível encantamento, estão morrendo, desta maneira!".

A que números teriam ascendido as vítimas do Terror? A violência foi desbragada, por toda a França e, em particular, em Paris, mas sempre houve uma tendência para exagerar. As cifras que mais se aproximam da exatidão, segundo o historiador norte-americano Edward Mcnall Burns, são aquelas que apontam a ocorrência de cerca de 20 mil execuções de setembro de 1793 a julho de 1794.

O historiador e sociólogo Oliveira Lima sentenciou: "Se a Revolução Francesa praticou grandes crimes, obedeceu a grandes ideais, muitos abstratos, outros adulterados na sua concretização. A obra revolucionária deve ser examinada em conjunto – apreciada em bloco como disse uma vez Clemenceau – para que as aquisições do direito humano não sejam sobrepujadas pelas afirmações da violência, pelas crueldades inúteis e pelo negativismo estéril. É entretanto impossível calar o terror por amor dos belos princípios incutidos à sua sombra e que na modalidade que assumiram fizeram porventura maior mal do que bem ao mundo". Ao pensamento de Clemenceau, invocado por Oliveira Lima, junta-se a intuição do Presidente François Mitterrand, ao lançar no ano passado o programa de comemorações em curso: relembra-se a Revolução como um "bloco".

Mesmo com o terror, a Revolução Francesa deixou, na segunda fase, marcos significativos, como a supressão dos últimos vestígios do feudalismo, a abolição da escravidão nas colônias, a suspensão da prisão por dívida, a adoção do sistema métrico de pesos e medidas, a revogação da lei da progenitura, as grandes propriedades foram repartidas entre os cidadãos pobres, consagrou-se a separação entre a Igreja e o Estado, reconheceu-se que religião é direito de cada um, modificando-se, assim, a tendência anterior e que procurava abolir o cristianismo, colocando em seu lugar o culto da Razão. Nos desvarios revolucionários, modificou-se até o calendário, que começava a 23 de setembro de 1792, quando se proclamou a República, e dividia os meses de modo a acabar com o domingo dos cristãos.

Depois de rolarem no cadafalso as cabeças de Danton e Robespierre, entre tantas outras figuras de prol, voltam a predominar na Convenção os moderados e nova Constituição é promulgada. Prevalecem o peso da burguesia e a força dos homens de fortuna, que ironia! Mesmo essa Constituição não foi aplicada, porque a guerra exigia dos governantes poderes absolutos. Mais uma aliança formara-se contra a

França, e, dessa feita, com a participação da Rússia. Nacionalismo exacerbado apodera-se do povo francês e o resultado desse fato seria desastroso para o país e a Europa como um todo.

Com a Revolução Francesa, nunca mais o mundo voltou a ser o que tinha sido antes. Não sei se alguém fez tal afirmativa ou se ela resulta de conclusão pessoal após leituras e observações. Mas o certo é que o eco da convulsão alcançou intensidade descomunal. Onde existiam algemas a quebrar, vínculos de sujeição a desfazer, anseios de liberdade sopitados, desigualdades a corrigir, sonhos de paz e fraternidade, presente estava o estandarte flamejante que fez da França, numa década, centro de atenções e convergências, motivo de estupor e admiração. A verdade meridiana, no entanto, é que a Revolução Francesa, que se inspirou nos direitos do homem, veio a ser a negação do que pregava e, em seu evolver, a vida humana nunca valeu tão pouco. Há quem entenda, aliás, que o desprezo pela vida, de que se deu mostra sobretudo no Terror, preparou o terreno para as aventuras guerreiras de Napoleão. O povo familiarizara-se demais com a morte.

Leio em **Memórias**, de André Maurois: "Depois da Revolução de 89, a França nunca mais foi um país unido. "Esse fosso sangrento jamais será aterrado", disse Chateaubriand, do Terror. No Périgord, eu vi como os castelos permaneciam fiéis ao Antigo Regime, enquanto os camponeses votavam com a esquerda. Mas até 1918, o patriotismo havia bastado para, sob pressão do perigo, unir os franceses de opiniões contrárias. Depois da Revolução Russa, a formação dum poderoso partido comunista apavorou a burguesia, fazedo-a, em reação, sustentar as ligas fascistas. Estas, por sua vez, haviam assustado os radicais, levando-os a se lançarem nos braços dos socialistas. No dia 14 de Julho de 1936 não se viu um cortejo de patriotas dirigir-se ao túmulo do Soldado Desconhecido, mas dois cortejos, um da direita e outro da esquerda, e tão hostis um contra o outro que só a polícia os impedia de se engalfinharem". Quando sobreveio a segunda conflagração mundial, a França soçobrou na voragem.

Nas celebrações dos 200 anos da Revolução Francesa, verifica-se que o fosso, de que falava Chateaubriand, não foi mesmo aterrado. Claro que não se cogita de retorno à guilhotina ou do restabelecimento do regime decaído. Persistem, porém, as diferenças no plano das idéias, aceita-se a Revolução da Bastilha e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, rejeita-se a Revolução do Terror. Desse clima é ilustrativa a correspondência de Paris, de autoria de Alessandro Porro, publicada na revista Veja. Nem os atavios turísticos escapam à dicotomia.

O que não varia, na correnteza do tempo, é a afeição à França pela sua contribuição notável nos mais variados campos da atividade humana. O que não se altera é o perene reconhecimento aos ideais libertários que a França empalmou como expressão dos mais acarinhados sonhos da humanidade.